

Ao
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Assunto: Diligência 01
Referência: Pregão Eletrônico Nº 08/2022
Processo administrativo nº 08084.007708/2021-53

**APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DA PROPOSTA E PLANILHA DA RCS
TECNOLOGIA LTDA.**

O Pregoeiro analisou os documentos apresentados pela licitante RCS TECNOLOGIA LTDA., no âmbito do **Pregão Eletrônico Nº 08/2022**, e verificou a necessidade de esclarecimentos complementares, a saber:

QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS:

QUESTIONAMENTO 1:

a) Incluir em sua proposta de preços a indicação expressa das CCTs/ACTs as quais se vinculam cada categoria profissional da proposta, bem como a eventual existência de termos aditivos, consoante exigência do item 6.1.2.1 do edital;

RESPOSTA:

Ajustado em planilha e encaminhamos o Termo Aditivo DF000261/2021.

QUESTIONAMENTO 2:

b) Tendo em vista a necessidade de verificação da categoria econômica da proponente para a aferição do correto enquadramento sindical que incidirá sobre as relações de emprego, apresentar documentos aptos a comprovar qual é a atividade econômica preponderante da empresa, nos termos do art. 581, §2º, da CLT.

RESPOSTA:

A atividade preponderante da RCS é **Instalação e manutenção elétrica – CNAE 43.21-5-00**, cujo sindicato correspondente é o SITIMME.

Portanto, RCS utilizou em sua proposta o sindicato relativo à sua atividade preponderante para composição da planilha de custos e formação de preços, considerando que a legislação e jurisprudência recentes **destacam que a atividade preponderante do empregador é o determinante do seu enquadramento sindical.**

Outrossim, o Acórdão nº 369/2012 do Tribunal de Contas da União determina que **os órgãos devem se abster de indicar, em suas licitações, o acordo ou convenção coletiva de trabalho.** O único dever da Administração Pública é exigir o cumprimento da convenção coletiva adotada pela empresa contratada.

No mesmo sentido, a IN nº 5/2017, item 2.1, letra b, do Anexo VII-B, aborda a questão. Vejamos:

“2. Das vedações:

2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

(...)

b) os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver;”

Verifica-se, portanto, que a legislação atual **NÃO** permite à Administração Pública exigir qual Convenção Coletiva será utilizada pela empresa, **isto é uma prerrogativa da empresa que os emprega.**

Isso porque existindo mais de uma convenção possível de ser adotada, não há impedimento que se considere a menos onerosa à Administração Pública, em consonância com o princípio da economicidade.

Nesse sentido, ao exercer a atividade econômica preponderante no ramo de instalações e manutenção elétrica, a empresa está automaticamente enquadrada na entidade sindical representante da categoria econômica correspondente (SITIMME) e, conseqüentemente, **TODOS os seus empregados vinculados ao respectivo sindicato.**

Via de regra, a análise do enquadramento sindical da empresa deve ser verificada com base na atividade responsável pelo seu maior faturamento, definindo assim a atividade preponderante da empresa e o seu enquadramento sindical.

Para comprovação do enquadramento sindical, segue declaração do SINDICATO INTER. DOS TRAB. NAS IND. METALÚRGICAS, MEC. E DE MAT. ELÉTR., ELETRÔN. DF GO TO SITIMME.

QUESTIONAMENTO 3:

c) A empresa apresentou o documento DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS (DCTF) referente ao mês de Jan/2022 onde consta a informação de que a empresa **não** é optante da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) mas, em evidente contradição, também apresentou o documento intitulado DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DA SISTEMÁTICA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS informando que recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento. Além disso, a empresa não cotou o percentual de 20% referente ao INSS no módulo 2.2 de sua planilha mas também não incluiu a alíquota referente à CPRB no módulo 6. Dessa maneira, a licitante deverá apresentar documentos que comprovem de maneira inequívoca a sistemática do recolhimento de suas contribuições previdenciárias, promovendo os devidos ajustes em sua planilha de custos.

RESPOSTA:

Com relação a DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS (DCTF), em que consta a informação de que a empresa não é optante da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), trata-se de alteração no próprio “site” que excluiu a informação de opção da CPRB na DCTF, conforme ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT Nº 4, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022, da RFB. que diz em seu Parágrafo único, inciso III:

III - alteração da caixa de verificação “PJ optante pela CPRB”, a fim de impedir que sejam informados, na DCTF, valores relativos à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)

cujos fatos geradores ocorrerem a partir de outubro de 2021, mês a partir do qual todos os contribuintes passaram à condição de obrigados a apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

A RCS é optante da CPRB, conforme comprovado pelos documentos anexos a essa reposta (EFD-REINF, RELATÓRIO DE DÉBITOS – DCTFWeb e guias de pagamento da CPRB).

QUESTIONAMENTO 4:

d) A empresa apresentou o documento RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES que indica o enquadramento da empresa no regime de apuração mista do PIS e COFINS (receitas cumulativas e não cumulativas), bem como apresentou também uma planilha informando que, no período de fev/2021 a jan/2022, a alíquota média de suas contribuições sobre as receitas não cumulativas (Lucro Real) foi de 0,64% para o PIS e 2,95% para o COFINS. Contudo, a proposta de preços apresentada informa os percentuais de recolhimento do PIS e COFINS com as alíquotas de recolhimento desses tributos com base no regime de apuração cumulativa (Lucro Presumido. PIS=0,65% e COFINS=3,00%). Considerando ainda que a empresa possui contratos com o mesmo objeto deste pregão cujas proposta de preços foram elaboradas com base no regime de tributação do Lucro Real (Contratos nº 27/2021/CGU, nº 27/2021/ANTAQ e nº 2290/2021/FUNAI), solicita-se à empresa a apresentação das justificativas julgadas necessárias bem como a apresentação de documentos aptos a comprovar o correto enquadramento do regime de apuração das contribuições sociais das receitas que serão auferidas com a execução dos serviços objeto desta licitação.

e) Em complemento ao tópico anterior, caso o enquadramento da tributação se dê pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a empresa deverá cotar na planilha de custos a média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, consoante dispõe o item 6.5 do Edital.

RESPOSTA:

Ajustado em planilha conforme média de apuração já encaminha durante a fase de habilitação do processo.

QUESTIONAMENTO 5:

f) Além dos apontamentos apresentados acima, tendo em vista o contido no item 7.9 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017, que dispõe que erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, a proponente deverá proceder aos ajustes relacionados abaixo, ou justificar o não acolhimento dos questionamentos, com o devido envio das planilhas de custo e formação de preços ajustadas:

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração.

Tendo em vista o disposto na cláusula terceira Termo Aditivo com número de registro DF000261/2021 o piso salarial de R\$ 1.381,12 não deveria ter sido corrigido em 6% a partir de 1º de maio de 2021?

RESPOSTA:

Conforme exposto na cláusula terceira do ACT SITIMME-DF – DF000258/2021 o Piso Salarial nunca será inferior a R\$ 1.381,12, portanto para as contratações realizadas a partir de 1º de maio de 2021 terão como salário-mínimo o valor de R\$ 1.381,12.

A cláusula quinta explicita os reajustes salariais que menciona a correção de 6% (seis por cento) tendo como base o salário vigente a partir de 1º de maio de 2020. Portanto, entende-se que os salários de 1º de maio de 2020 serão corrigidos em 6%, totalizando R\$ 1.381,12, valor utilizado para os postos de Auxiliar Administrativo e de Recepcionista.

QUESTIONAMENTO 6:**Submódulo 2.2 (Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições)**

Conforme exposto no item 2.1 alínea "a" acima, a empresa apresentou documento onde consta a informação de que a empresa não é optante da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e, de maneira contraditória, excluiu do módulo 2.2 o percentual de 20% referente às contribuições previdenciárias.

RESPOSTA:

Conforme exposto acima, ficou constatado que a empresa é realmente optante pela CPRB, fazendo jus a exclusão dos 20% referente às contribuições previdenciárias.

QUESTIONAMENTO 7:**MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

A memória de cálculo do custo estimado da rubrica "Substituto na cobertura de Outras ausências (Ausência por Doença)", do cargo de auxiliar administrativo está divergindo dos demais cargos. Favor justificar/corrigir.

RESPOSTA:

Corrigido em planilha.

QUESTIONAMENTO 8:**MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

Conforme exposto no item 2.1 acima, a empresa deverá apresentar os ajustes/justificativas necessárias relacionadas ao regime de apuração de suas Contribuições Sociais (PIS e COFINS) e Previdenciárias (INSS ou CPRB).

RESPOSTA:

Em consonâncias com as respostas acima, a empresa ajustou as alíquotas de PIS e COFINS aos valores vigentes em outros contratos, corrigiu e justificou as dúvidas relacionadas ao regime de apuração de suas Contribuições Previdenciárias.

CONCLUSÃO

Importante ainda destacar que estamos à disposição do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA para realizar todas as diligências que se façam necessárias, a fim de sanar qualquer dúvida que possa pairar acerca da proposta da RCS. Lembre-se que o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta, desde que não seja alterado o valor global proposto, senão vejamos:

“A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto.” (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)

Ante o exposto, solicitamos o procedimento do feito, reafirmamos que a RCS executará fielmente o objeto licitado, pois possui plenas condições de executar o serviço com os valores orçados e propostos, bem como ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos e demais alterações que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 02 de maio de 2022.

RCS TECNOLOGIA LTDA
RODRIGO DA COSTA SILVA
SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL
CREA 16327/D-DF
RG 1.844.668 SSP/DF
CPF 871.384.251-04

Janine Santana Dourado
Janine Santana Dourado
Coordenadora Jurídica
RCS Tecnologia Ltda.